

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XVII



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1978

Algumas gralhas tipográficas, algumas obras injustificadas ou incompletamente citadas na bibliografia, algumas plantas que ocupam duas páginas e não se podem apreciar devidamente porque a brochura o impede — são pequenas deficiências que não diminuem o valor deste oportuno manual.

J. ALARCÃO

Paul DUFURNET, *Pour une archéologie du paysage. Une communauté agraire secrète et organise son territoire. Bassy et alentours (Haute-Savoie et Ain)*. Paris, Picard, 1978. 24 cms, 398 p., 54 figs.

Inspector-geral do Ministério do Equipamento, Dufournet não é historiador nem arqueólogo; é arquitecto e urbanista, para quem nenhum estudo de ordenamento de um território se deveria fazer sem ter em conta a história dessa região. O trabalho de um responsável pelo ordenamento, na fase de reconhecimento do território, é — diz (p. 19) — um trabalho de geógrafo, de historiador, de arqueólogo.

Tomou o autor por objecto de estudo uma pequena comuna rural da Alta Saboia: Bassy; e pretende, nesta obra, mostrar como uma comunidade agrária organizou o seu território. Classifica o trabalho de *arqueologia da paisagem*. Arqueologia da paisagem e história da paisagem parecem, para o autor, ser sinónimos. Sê-lo-ão?

Uma região, um território, não é um espaço *dado*, um espaço *permanente*; é um espaço que os homens organizaram, traçando caminhos, arroteando terras, plantando sebes, explorando nascentes de água, construindo as suas casas, implantando a sua igreja; é um espaço que factores de ordem económica, tecnológica, social, vão transformando: aqui, um campo de centeio passa a ser semeado de milho porque este é mais rentável; além, um moinho de vento fica abandonado porque a revolução industrial trouxe a fábrica de moagem; mais além ainda, uma vasta propriedade foi partilhada pelos vários herdeiros do seu anterior dono. A paisagem tem, pois, uma história; sem investigação histórica não há compreensão da paisagem. Recorrer à história para compreender a paisagem é fazer geografia histórica. Se os documentos de arquivo não são abundantes (como é o caso de Bassy), há que recorrer a plantas cadastrais, à toponímia, à arqueologia, há que lançar mão da fotografia aérea, da palinologia, da etnografia, para conhecer quando é que estas terras foram arroteadas, emparceladas ou divididas, quando é que surgiu esta povoação, quando é que este lugar foi primeiramente ocupado ou este caminho traçado. Neste caso, podemos falar de *arqueologia da paisagem*. Geografia histórica e arqueologia da paisagem não são, pois, termos diferentes: o objecto é o mesmo; divergem apenas as fontes. Melhor ainda: diverge o valor relativo das várias fontes de que se lança mão, pois nenhuma paisagem (europeia) é inteiramente destituída de documentos escritos.

Conimbriga, 17 (1978), 157-182

Assim se justifica o título de *arqueologia da paisagem* numa obra em que a arqueologia *strictu sensu*, isto é, em que a recolha de vestígios materiais do passado é extremamente magra. A análise de um cadastro elaborado em 1730 e a investigação toponímica constituem as principais fontes do autor. «Quarenta anos de estudo atento dos textos ensinaram-me menos que alguns dias consagrados à análise gráfica» (p. 373); e à toponímia, acrescentaríamos. Ou, na p. 100: «A exploração gráfica do cadastro de 1730 conduziu-me progressivamente ao essencial do meu trabalho».

Não sendo um toponimista, é o autor perfeitamente consciente das incertezas e dificuldades da toponímia. Recolher os topónimos é fácil; mais complicado é já determinar a sua forma correcta, tão deturpados andam por vezes na pronúncia popular, no registo dos mapas e plantas cadastrais ou até nos registos prediais. Determinar o significado dos topónimos e atribuí-los correctamente ao seu horizonte, isto é, a uma língua e a um povo, dos vários que ao longo de dois ou três milénios de história se sucederam na região, é empresa muito mais difícil ainda. O autor recolhe por vezes diferentes interpretações apresentadas por vários estudiosos para o mesmo topónimo. «Confrontando o topónimo e o sítio que ele designa, sítio que conheço bem, auxiliado ainda pela história local cujo estudo aprofundei, acho-me em condições de escolher entre duas ou mais propostas, ou de recusá-las a todas, apresentando neste caso alguns dados para novas hipóteses» (p. 57). E acrescenta: «Estou agora convencido de que nunca se devem utilizar os topónimos por eles mesmos. Convém sempre considerá-los como elementos de um conjunto cujas partes são convergentes».

Outra justa observação acerca da análise toponímica é a de que as regras da fonética não são guia seguro para reconstituir a forma primitiva de um topónimo actual ou atestado por documento da Idade Média; com efeito, «as regras da fonética francesa foram estudadas no dialecto da Ilha de França, que se tornou o francês normal, e não sabemos até que ponto são exactas para as outras regiões da França» (p. 134).

A obra divide-se em quatro livros. No primeiro descreve-se pormenorizadamente o cadastro de 1730 e analisam-se as circunstâncias em que foi executado.

No livro II, «Das raízes primitivas aos primeiros documentos escritos» (documentos que, para a comuna de Bassy, datam só do século xm), o autor tenta seguir os progressos da ocupação do solo. Devem atribuir-se ao tardenoisense os mais antigos utensílios que encontrou. Trata-se de achados soltos, não resultantes de escavações, mas suficientemente densos e localizados para se poder falar de uma ocupação, mais do que uma simples e ocasional passagem de caçadores-pescadores.

A raridade de achados do Neolítico e das Idades do Bronze e do Ferro tornam inteiramente gratuitas determinadas afirmações; por exemplo: que a principal estrada da comuna de Bassy se constituiu no Neolítico, pela frequência regular de um eixo que a topografia, aliás, impunha (p. 125); que, no período dos metais, a população se redistribuiu no território, consti-

tuindo-se então provavelmente muitas das aldeias actuais (*ibid.*). O autor é, obviamente, melhor observador da topografia, no terreno ou nas cartas, que explorador das relíquias arqueológicas; assim, por exemplo, a sua definição das vias fluviais e terrestres da região em torno de Bassy é bem fundamentada e convincente, enquanto as escavações da basílica burgúndia de Albigny-Condion (ilustradas na fig. 22) nos parecem pouco cuidadosas; assim, também, uma criteriosa exploração dos topónimos e das características físicas dos lugares leva-o a sugerir os sítios prováveis de uma ocupação proto-histórica, romana, burgúndia e medieval, mas esse estudo não foi seguido de escavações ou sondagens para confirmar as hipóteses (como também parece não ter utilizado a fotografia aérea).

Para a época romana, conseguiu o autor localizar uma villa, a de Bassy, confirmada por achados arqueológicos, e apresenta uma razoável hipótese de localização de uma segunda, em Veytrens. Suspeita, e com fortes argumentos defende essa suposição, que a casa senhorial de Bassy se situou no mesmo local do edifício central da villa galo-romana; na comuna de Bassy se confirmará assim uma vez mais a filiação do domínio senhorial da Idade Média no domínio galo-romano. Por filiação deve entender-se aqui uma sobreposição dos paços, não uma rigorosa coincidência das extremas das propriedades; pelo contrário, no domínio galo-romano de Bassy parece haverem-se talhado pelo menos dois senhorios medievais: o de Bassy e o de Dons. Esta coincidência, observa o autor (p. 154), é normal: o proprietário galo-romano escolheu tão bem o sítio, que o senhor feudal fatalmente havia de retomar o lugar, tanto mais que os caminhos, o poço, o aqueduto, as leiras organizadas não são estruturas que facilmente desapareçam, mesmo que abandonadas por largo tempo.

Na comuna de Bassy (que não coincide com a propriedade galo-romana, antes a ultrapassa), constituíram-se na Idade Média quatro casas senhoriais. Não interessa ao autor a história e a genealogia destas famílias. A sua perspectiva é topográfica. Interessa-lhe estudar a propriedade dessas casas senhoriais, definir a sua implantação, precisar as suas dimensões. Para isso serve-se do cadastro de 1730. Obviamente, este cadastro reflecte a situação dos começos do século xviii; permite, porém, reconhecer o estado da propriedade anterior a 1584.

Analisando em primeiro lugar a situação setecentista, Dufournet delimita, com a ajuda do cadastro de 1730, a propriedade dos nobres cujo senhorio se situa em Bassy; dos nobres que tinham terras em Bassy, mas cujos paços ficavam noutras comunas; da igreja, dos burgueses e, finalmente, dos camponeses.

Este estudo permite-lhe comparar superfícies, patentear o carácter de puzzle, a imbricação destas várias categorias de propriedades. O puzzle, demonstra-o, não é uma situação originária, mas resultou do desmembramento progressivo dos domínios senhoriais inicialmente contínuos; os bens das igrejas e das capelas foram talhados nas propriedades senhoriais, porque constituíram dotes atribuídos pelos senhores a estabelecimentos eclesiásticos

da sua fundação; as propriedades de nobres sem domínios senhoriais na comuna, de burgueses e até de camponeses, foram muitas delas adquiridas quando os senhores, de tempos a tempos, lotearam parte das suas terras. Será possível reconstituir os domínios primitivos?

O autor fá-lo socorrendo-se de dois meios: a pretensão à isenção da talha e, uma vez mais, a toponímia. Em 1584, por édito do duque de Saboia, Carlos Manuel I, as terras senhoriais foram isentas do imposto de talha. A isenção era um direito ligado à terra, não aos homens; assim, uma parcela de terra senhorial, vendida, depois dessa data, a um camponês, continuava isenta de talha. Ora, em 1730, por ocasião do cadastro, vários proprietários, camponeses e burgueses, pretenderam ter direito à isenção da talha; nem sempre conseguiram provar a origem senhorial das terras. Dufournet, porém, considera em princípio honesta esta reivindicação; assim, as terras reivindicadas isentas em 1730 seriam em 1584 senhoriais, e o cadastro de 1730 permite indirectamente recompor a propriedade senhorial do século xvi. Podemos assim deduzir a extensão e a implantação das propriedades senhoriais em 1584 e em 1730 e verificar como os nobres ocuparam as melhores terras e as mais próximas dos seus paços. Podiam às vezes preferir uma terra menos fértil mas mais próxima, dado que a estruturação se tornaria assim mais fácil e menos dispendiosa; a carga de estume a longas distâncias por maus caminhos era naturalmente um peso na exploração agrária.

A pouco e pouco foram os senhores, ao longo da Idade Média e até aos tempos modernos, alienando terras, por concessão enfiteútica ou por venda. Os progressos da tecnologia rural podem ter contribuído para essa alienação: com melhor técnica conseguia-se o mesmo rendimento em menor área e por essa razão se podiam reduzir as terras de exploração directa.

No cadastro de 1730, as parcelas de terreno são sempre referenciadas a um *mas*, isto é, a uma área mais vasta designada por um topónimo. O *mas* não é uma divisão administrativa ou fiscal. Representará a sobrevivência da *mansio* da alta Idade Média, terra doada pelo senhor ao colono? Na sequência de alguns medievistas franceses, assim pensou Dufournet durante algum tempo. A análise do cadastro levou-o, porém, a conclusão diferente, conclusão, aliás, fácil de aceitar, já que o *mas* é uma superfície contínua e a *mansio* era constituída por parcelas descontínuas, com várias aptidões: uma terra de cereal aqui, um linhar acolá, um pomar mais adiante.

Esta dispersão das terras de um mesmo colono condicionou a distribuição das casas: se a *mansio* fosse área contínua, o casal ter-se-ia estabelecido dentro dele; sendo constituída por terras dispersas, levou à concentração das casas numa aldeia.

Pour une archéologie du paysage é uma obra original; experimental, diz o autor (p. 373). Pode propor-se como modelo para monografias locais. Não se lê com facilidade nem com prazer. Faltam ao autor o estilo e os dotes de síntese. A parte mais fraca da sua obra, constituem-na as páginas finais em que, estudado o território, nos fala dos habitantes e das suas casas. O autor é um topógrafo, um geómetra, um homem dado à observação das

plantas e dos lugares; não é um narrador que consiga facilmente fazer-nos imaginar as paisagens que ao longo dos séculos se foram formando, desfazendo e reformando em Bassy. Só nos espanta que, sendo a análise das plantas, afinal, o cerne da sua obra, sejam elas tão poucas e tão fracas. A redução foi exagerada, as plantas tornam-se por vezes quase ilegíveis. Em lugar da planta 31, que devia agrupar a propriedade senhorial, eclesiástica e burguesa, foi reimpressa a planta 26.

J. ALARCÃO

Gemma Sena CHIESA, *Gemme di Luni*. Roma, Giorgio Bretschneider, 1978.
1 vol., 24,5 cms, 142 p., 25 ests.

Provêm na sua quase totalidade de escavações antigas as pedras de anel aqui apresentadas, umas de pedras semi-preciosas, outras de pasta vítrea. São 175 peças, que a autora descreve, comenta e ilustra, fotografando ao dobro o original e uma impressão. Num caso ou noutro, poderia ter-se dispensado esta impressão; na generalidade, porém, as duas reproduções completam-se, pois a da impressão ilustra melhor os volumes e os contornos, enquanto a do original torna sensível as qualidades físicas da pedra.

As pedras de Luni encontram-se dispersas pelo Museu Arqueológico de Florença e pelos museus de Luni e La Spezia. As circunstâncias em que se fizeram os achados são, geralmente, desconhecidas. Aliás, dado o valor das pedras de anel, estas passam frequentemente de geração em geração; a sua posição estratigráfica, por conseguinte, não pode indicar-nos uma data segura, mas apenas um terminus ante quem, muitas vezes bastante posterior à data do fabrico. É o caso, por exemplo, da pedra n.º 1 do presente catálogo: atribuível, estilisticamente, ao século m a.C., encontrou-se numa cidade que surgiu só em 177 a.C., pois esta é a data da fundação de Luni. Por outro lado, comparações estilísticas com outras artes são de pouco socorro, dada a especificidade da glíptica. Assim, as bases mais seguras da cronologia das pedras de anel, como, aliás, da determinação dos centros de fabrico, seria o achado de oficinas e de lojas de joalheiros. Poderá dizer-se que o achado de grupos estilística e tecnicamente homogêneos e numerosos numa ou noutra cidade, mesmo sem o achado de uma oficina, permitirá falar de centro de fabrico. A verdade, porém, é que as mesmas pedras e técnicas, os mesmos estilos e temas parecem ter sido usados em várias oficinas, geograficamente distintas — o que poderá explicar-se, em parte, pela existência de *gemmarii*, *anularii* ou *scalptores gemmarum* itinerantes.

Em Luni, o achado de um conjunto de seis pedras no mesmo sítio poderá talvez explicar-se pela existência, ali, de um joalheiro, mas, curiosamente, as pedras têm uma cronologia muito diversa, entre a época de Augusto e o início do século m d.C..

Estas questões são claramente abordadas na introdução, que enumera ainda os lugares do mundo romano mais férteis em achados de pedras de